

Artigos Originais**EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PERMANÊNCIA DE UM SISTEMA EXCLUDENTE****Original Articles****BRAZILIAN EDUCATION: PERMANENCE OF AN EXCLUSIONARY SYSTEM**

Rosilene Maria Rodrigues*

<http://lattes.cnpq.br/0133528523760197>
n30aty@hotmail.com

Elia Bolorino Canteiro Martins**

<http://lattes.cnpq.br/2929215848523448>
elianacanteiro@terra.com.br**CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ.**, Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)    **RESUMO**

O artigo é construído a partir da trajetória histórica da educação no Brasil, ressaltando o sistema excludente que foi gestado ao longo dessa trajetória. Um sistema que sempre privilegiou a elite burguesa, excluindo as classes populares do contexto educacional através de medidas legais ou pelo favorecimento de um sistema dual, em que a diferença entre o ensino particular e público visa manter o *status quo* da minoria dominante. No cenário de luta dos movimentos sociais pela redemocratização do país, que acontece no decorrer da década de 1980, a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, é um marco na proclamação de direitos sociais. Nesse bojo, a referida carta magna proclama a educação como direito social, sendo considerada direito de todos e dever do Estado. Porém, no romper da década de 1990, a força da influência da globalização neoliberal se contrapõe a ordem constitucional em um processo contínuo de encolhimento dos direitos sociais e desmonta as políticas sociais, entre elas, a Política de Educação. Permanece a exclusão, pois a educação pública oferecida às classes populares atende às requisições do capital e elas são excluídas de uma

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP Franca. Integrante do GEPESSE – Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na Educação. Integrante do Grupo de Pesquisa Mentalidades e Trabalho: do local ao global.

** Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP Franca. Coordenadora do GEPESSE – Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na Educação.

formação humana. A educação como direito de todos está sendo oferecida para atender às demandas do mercado de trabalho.

Palavras-chave: História da Educação. sistema excludente. educação pública

ABSTRACT

The paper is built from the historical trajectory of education in Brazil, highlighting the excludable system that was generated along this trajectory. A system that has always favored the bourgeoisie elite, excluding the working classes of the educational context through legal measures or by favoring a dual system, in which the difference between public and private education seeks to maintain the status quo of the ruling minority. In the scenario of struggle of social movements for democratization of the country, what happens in the course of 1980, the Constitution of 1988, known as "Citizen Constitution", is a mark in the proclamation of social rights. In this prominence, the magna carta proclaims education as a social right, considered right of everyone and obligation of the State. However, in the early 1990s, the strength of the neoliberal globalization influence is opposed to the constitutional order, in ongoing shrinkage of social rights and dismantlement of social policies, including the Education Policy. The exclusion remains because the public education that is offered to the popular classes meets the requests of capital and the popular classes are excluded of a human formation. The education as a right of all is being offered to meet the demands of the labor market.

Keywords: History of Education. exclusionary system. public education

INTRODUÇÃO

A Educação brasileira, ao longo de sua história, possui características que demonstram as implicações do contexto econômico, social, político e cultural que incidiram sobre ela, marcando-a com políticas que, ao serem implementadas, reafirmaram a segregação social e não permitiram que alcançassem a sua função na sociedade, formando assim, desde sua origem, um sistema dual de ensino. Esse sistema separa a educação oferecida às classes mais abastadas daquela que é oferecida às classes populares, perpetuando a esse contingente populacional a condição de excluídos do processo educacional que visa à educação integral, crítica, com vistas à formação humana.

A educação oferecida contemporaneamente prioriza o setor econômico e forma o cidadão para o trabalho, lançado mão da dimensão humana com a qual se aprende os valores que permitem ao ser social afirmar-se na sua condição, respeitando o semelhante e o planeta como um todo. A formação na dimensão

humana faz com que o homem se reconheça como tal, pela necessidade da sociabilidade e, a partir da vida em sociedade, eleja valores que o permitam desenvolver potencialidades que possam torná-lo um ser criativo e responsável por seus atos, com a consciência de que depende de outros homens e de todo o planeta para viver.

Para compreender a “permanência” do sistema educacional brasileiro excludente descrevemos a seguir uma breve retrospectiva histórica, considerando que somente na historicidade dos fenômenos podemos elaborar uma crítica dialeticamente fundamentada e consistente sobre o presente.

A EDUCAÇÃO NA ÉPOCA COLONIAL

No período colonial, os jesuítas foram responsáveis pelo ensino no Brasil em dois momentos diferenciados: na forma como realizaram suas atividades e também nos objetivos do ensinamento. No primeiro momento, a preocupação foi com a cristianização dos índios, mas também tinha o objetivo de legitimar a dominação colonial, fazendo com que os nativos “aceitassem” a condição de subordinação imposta pela metrópole. O segundo momento denota um trabalho mais organizado. Criaram uma metodologia de ensino, porém mudaram-se os objetivos: a catequese enfraqueceu, dando lugar ao fortalecimento da educação da elite latifundiária; nessa época foram criados vários colégios nos quais se formou um sistema de ensino baseado na metodologia da *Ratio Studiorum*¹.

Observa-se que, nesse período, ocorreu o início de uma segregação social. A sociedade não exigia educação escolar, pois a economia era rudimentar, baseada no trabalho escravo, e a organização do ensino oferecida pelos jesuítas tinha como pressuposto que cada pessoa tem um lugar na sociedade e quem desenvolvia trabalhos domésticos na Companhia de Jesus² não precisava aprender a ler e

¹ A *Ratio Studiorum* foi o primeiro sistema organizado de educação católica, criado em 1599, inspirado na forma de ensino da Universidade de Paris, possuía currículo único, dividido em dois graus (*inferiora e superiora*), ensinava-se técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. No Brasil fez-se uma adaptação do sistema, estabelecendo quatro graus de ensino: elementar, humanidades, artes e teologia, que eram sucessivos e propedêuticos.

² A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534, era uma organização católica e a designação oficial da ordem dos missionários e padres Jesuítas. Aprovada em 1540, pelo Papa Paulo III, tinha em seu objetivo original converter muçulmanos ao cristianismo, mas contribuiu também com

escrever, uma vez que, para servir a Deus, bastava a simplicidade e a humildade. Essa concepção deu origem no Brasil à desvalorização do trabalho manual, sendo considerado grosseiro e rude. Esse pensamento estava de acordo com as determinações do Estado português que deixava o trabalho manual para os escravos. Sendo assim, esse tipo de trabalho tornou-se atividades de escravos, sendo considerado de menor prestígio.

É bom que se diga que houve tentativas pelos jesuítas de estender o ensino a outros segmentos da sociedade, inclusive abrigar e educar meninas indígenas, mas a sociedade da época não comportava pensamentos de igualdade:

No primeiro período (1549-1570), o Estado cerceou várias iniciativas dos missionários. A visão progressista de Nóbrega teve de enfrentar obstáculos advindos das concepções conservadoras e repressoras da Coroa e da Cúpula da Companhia. Os jesuítas foram proibidos, pelo próprio Inácio de Loyola (1553), de se encarregarem de instituições de órfãos e de oferecerem, como planejava Nóbrega, um ensino profissional e agrícola para formar pessoal capacitado em outras funções essenciais à vida da Colônia. Tais atividades foram consideradas contrárias aos objetivos da Companhia. (ROCHA, 2005, 17).³

Para suprir as necessidades da Companhia de Jesus e vestir os índios, os jesuítas iniciaram a produção de tecidos no Brasil. Portugal alegou que os jesuítas estavam dando prejuízo à metrópole e eles acabaram expulsos do país, o que deu início a uma nova fase no ensino brasileiro. Iniciam-se aqui os altos e baixos do sistema educacional brasileiro. Embora a educação jesuítica apresentasse características excludentes, como ser oferecida formalmente somente para meninos e filhos dos senhores da pequena elite latifundiária brasileira, havia um sistema de ensino organizado. Esse sistema foi desmontado a partir do ano de 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil sob a acusação de que estavam causando a miséria econômica e intelectual do reino, alegando que eram opositores do Rei de Portugal, que monopolizavam o ensino na Colônia e que não eram mais missionários.

a propagação do cristianismo nas colônias portuguesa e espanholas na América, em tempos de Reforma Protestante na Europa.

³ Nóbrega – a autora está se referindo a Padre Manuel da Nóbrega, responsável pela primeira missão jesuítica na América: fundou o Colégio de Piratininga, marco inicial da cidade São Paulo. Morreu na cidade do Rio de Janeiro por volta do ano de 1570.

O fato é que a língua portuguesa, a fé cristã e um sistema de ensino já estavam implantados na Colônia, o que permite dizer que os jesuítas foram muito importantes na formação da cultura e da civilização colonial, mantendo a unidade territorial e cultural do domínio português. Mas, a partir desse momento, não tinham mais um papel de parceiros da metrópole, e a educação brasileira, ainda que fosse elitizada, sofreu o impacto das determinações do Estado português que não conseguiu dar continuidade ao trabalho educacional desenvolvido pelos jesuítas na Colônia.

A medida governamental (o Alvará de 28/06/1759) tomada pelo Marquês de Pombal, (nomeado ministro real por Dom José I, rei de Portugal na época) não atendeu às necessidades educacionais da Colônia. Os jesuítas foram expulsos, suas escolas extintas e todo um sistema educacional foi desmontado. O imposto sobre o consumo de carne e a produção de aguardente, destinado à manutenção do ensino e criado em 1772, após 13 anos da expulsão dos jesuítas, não oferecia os recursos necessários para tal.

O Alvará pombalino destruiu todo o processo pedagógico construído pelos jesuítas e até 1808 não havia um sistema educacional no país que a população fosse atraída por ele. A herança deixada pelo período pombalino era a ilusão de que o ensino elementar podia ser adquirido por aulas avulsas, não seriado, sem currículo fundamentado e articulado. Os mestres eram 'ignorantes', mal pagos, sem prestígio; os colégios eram dispersos, não havia material de trabalho de fácil acesso (tudo tinha que vir do reino e com a autorização régia) dificultando ainda mais o processo. Ocorreu também um esvaziamento das escolas, pois elas eram visitadas por soldados com o objetivo de recrutar rapazes com mais de 13 anos de idade.

Nota-se que a educação não possuía um valor central na sociedade colonial, não havia impulsão do setor econômico exigindo formação para o trabalho, somente os filhos da elite latifundiária estudavam porque eram enviados para os Colégios europeus para adquirirem instrução. A segregação social de negros, mulheres e pobres era considerada natural, não havendo nenhuma reclamação pelo não acesso ao precário sistema de ensino.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA EM 1808 E NO PERÍODO IMPERIAL

O investimento na educação só ganhou novas formas com a vinda de D. João VI em 1808, quando houve o rompimento com o modelo pombalino e foram implantadas ações no sentido de atender às demandas da corte aristocrática e formar trabalho técnico burocrático para a corte. As instituições de educação e cultura que foram criadas na época germinaram a autonomia para a independência política, mas foram concentradas no Ensino Superior e os demais níveis não foram contemplados, permanecendo a precariedade e a segregação.

Todavia, não foram criadas universidades, mas sim unidades de ensino superior e com características precárias, compostas por uma tríade de cursos que dominaram o cenário brasileiro durante muito tempo: Medicina, Engenharia e Direito. Se o acesso ao Ensino Elementar já era restrito, o que dizer então do Ensino Superior?

A independência do país em 1822 trouxe para a cena propostas de um sistema escolar completo, mas a Constituição de 1824 não deu consistência a essas propostas educacionais. Não houve meios econômicos e técnicos que oferecessem suporte para implantação de escolas de primeiras letras no país. A economia era agrária e não requisitava escolaridade. A educação permanecia elitizada e era utilizada para manter o *status quo* da classe dominante.

Um projeto de lei apresentado à Comissão Constituinte, em 1823, mostra que a elite governamental estava preocupada com o ensino público, propondo escolas primárias em todo território brasileiro, mas “[...] para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, conforme disposto no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial, nos termos do Art. 254.” (PERES, 2005, p.31). Havia, portanto, diferença de ensino de acordo com a segmentação social da pessoa. Negros e índios não teriam acesso à educação formal.

E ainda em 26 de outubro de 1823, uma lei regulamentou o Ensino Particular no Brasil, sob a justificativa de que o país não tinha recursos para bancar um Ensino Público e para facilitar a instrução das primeiras letras.

A precariedade no Ensino Público permaneceu mesmo com alguma legislação favorável ao investimento em educação pública. Em 1827, uma lei

determinou que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos teriam que ter escola de primeiras letras, inclusive para meninas, embora o currículo não fosse o mesmo, pois a ênfase estava nos ensinamentos de prendas voltadas à economia doméstica. De acordo com Peres (2005), essa lei fracassou por motivos econômicos, técnicos e políticos. As escolas para meninas não passavam de 20 em todo o território e o governo central não disponibilizava de recursos para atender as províncias.

A educação que, antes, era vista como um dever do súdito, passou a ser considerada um direito do cidadão; mas quem era considerado cidadão nesse período no Brasil? Os negros eram escravos, as mulheres não possuíam direito de voto, os assalariados e os soldados não podiam votar, só votavam homens com mais de 25 anos com renda fixa anual e, pensando aqui somente na dimensão dos direitos políticos, uma vez que o país vivia em regime monárquico. O que se pensa é que a educação estava sendo requisitada como direito para os filhos homens dos brancos pertencentes à elite agrária do Brasil.

Por todo o período imperial no Brasil, não se observa alterações no sistema de ensino ampliando o acesso de outros segmentos da sociedade à educação escolarizada. O sistema já apresentava uma dualidade entre Ensino Público e Privado, pois este se expandiu. O Colégio Pedro II, mantido pelo governo no Rio de Janeiro, tornou-se a referência para outros colégios, inclusive para colégios particulares, mas o acesso a essa instituição pública ficava restrito à elite.

Os cursos superiores no Brasil só eram frequentados pelos alunos que conseguiam passar no exame preparatório, com exceção dos alunos do Colégio Pedro II, que entravam nas faculdades sem prestar o exame, portanto, entre a própria elite havia uma exclusão.

Entre a elite e o povo a distância era imensa, conforme cita Peres (2005), o Brasil possuía em 1867 uma população livre de 8.830.000 habitantes e apenas cerca de 107.500 matrículas registradas. A população era composta por um grande número de analfabetos. Ao final do período imperial em 1889, as matrículas nas escolas primárias eram pouco mais que 250.000 e não chegavam a 300.000 mil, se contadas às matrículas incluindo todos os graus e tipos de ensino, em um país que possuía uma população de quase 14 milhões de habitantes.

A EDUCAÇÃO E O PRIMEIRO PERÍODO REPUBLICANO

A primeira república (1889-1930) teve várias reformas e a maioria voltadas para o ensino secundário, tais como: a equiparação do Ensino Secundário dos colégios particulares ao ensino do Colégio Pedro II e a criação do exame de admissão para o Ensino Superior (vestibular). Também foi criada a primeira universidade brasileira em 1915, a Universidade do Rio de Janeiro, agrupando a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e uma escola livre de Direito.

De 1889 a 1930, o número de matrículas no Ensino Primário cresceu no país em 18% entre a população em idade escolar, mas a maioria dos ingressantes na primeira série não chegava à 3ª série. Esse contexto correspondia às demandas do setor econômico, que era baseado ainda no setor agrário exportador, que não exigia escolaridade, agravado ainda mais por influências como a herança cultural do modelo europeu com relação à estratificação social dual proveniente da época da colonização, condicionando o ensino somente para as classes mais abastadas, e a busca por ascensão social pela classe média. Esses fatores se integravam dando a educação esse formato elitista, excluindo uma parcela imensa da população brasileira.

A função social da escola era, então, a de fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a “inteligência” do regime. É possível, assim, pensar na ausência de uma defasagem entre educação e desenvolvimento, nessa época, ou seja, é possível pensar numa ausência de defasagem entre os produtos acabados oferecidos pela escola e a demanda social e econômica de educação. (ROMANELLI, 1997, p. 45-46 apud PALMA FILHO, 2005c, p.58).

Para além das decisões políticas relacionadas à educação até esse momento histórico, que não tiveram muito êxito (uma das razões está na ineficiência do financiamento da educação, pois ela não ocupava um lugar central dentro da economia do país e nem no ideário sociocultural dos brasileiros), a busca pela descentralização, responsabilizando Estados e Municípios no atendimento das primeiras séries escolares também não conseguiu ampliar de forma relevante a escolarização da população.

O que foi marcante na educação brasileira dessa época foi à efervescência de ideias no campo pedagógico, originando o Movimento da Escola Nova⁴, colocando na agenda política a discussão de uma educação com mais qualidade e acessível a todos. Porém, toda essa movimentação ganhou força no âmbito político porque o país estava iniciando um processo de transformação no setor econômico.

A DITADURA VARGAS E O MOVIMENTO ESCOLA NOVA

Em 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, o contexto socioeconômico da época sofria transformações que tiveram seu reflexo no país. Ressaltamos a queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, a 1ª Guerra Mundial, que colocou o continente europeu em crise e, no Brasil, o declínio da cafeicultura, tudo isso permitiu que o país ampliasse o setor industrial que, até o momento, não era significativo.

Vargas teve acesso ao poder principalmente devido ao descontentamento da população em relação ao setor econômico e, embora os setores conservadores, entre eles a Igreja, não tivessem interesse na construção de um sistema nacional de ensino público, a pretensão do governo era colocar o país dentro do modelo desenvolvimentista, formando mão de obra para a indústria. Dessa forma, as aspirações sociais e do próprio Estado com relação à Educação mudaram. Os trabalhadores foram, então, requisitados para uma mão de obra que exigia um maior grau de instrução, e a escola passou a ser vista como instrumento viabilizador dessa instrução da mão de obra, atendendo assim, o setor econômico.

A influência dos escolanovistas se fez notar pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação, datado de 1932, sendo este um marco na educação brasileira. Muitos pontos divergentes foram abordados como a obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar, ensino laico, e único para ambos os sexos. Foram propostas, também, a criação de fundos para o financiamento da educação pela União, Estados e

⁴ O Movimento da Escola Nova defendia escola pública, universal e gratuita para todos. Defendia que a igualdade educacional proporcionaria igualdade de oportunidades, a educação era redentora e a saída para as desigualdades sociais. O ensino deveria estar isento da influência religiosa, formando um cidadão livre e consciente. Os escolanovistas foram influenciados principalmente pelas ideias de John Dewey, norte americano que aliava a educação à democracia, à liberdade do indivíduo, ao direito de escolha e à crença nos talentos. Grandes nomes da educação brasileira fizeram parte desse movimento como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Manuel Lourenço Filho.

Municípios; a criação de creches, universidades, escolas técnicas profissionais de nível médio e superior; escolas para alunos especiais; articulação escola-meio social com círculos de pais e professores e conselhos escolares, além de outras medidas que influenciaram legislações educacionais no Brasil posteriormente.

O ideário político contido no Manifesto influenciou os artigos referentes à educação na Constituição de 1934, como o financiamento da educação pública: a União e Municípios deveriam aplicar na educação nunca menos que 10%; os Estados e Distrito Federal nunca menos que 20% da renda resultante de impostos e, ainda seria reservado pela União 20% do valor destinado à educação para o ensino em área rural.

Com o golpe de Estado em 1937, surgiu o Estado Novo (Ditadura de Vargas) sob o pretexto de ameaça comunista que na verdade não existia. A nova Constituição (1937) trouxe um Estado praticamente fora da cena com relação à obrigatoriedade da educação, pois o compromisso ficou restrito aos que não possuíam recursos para arcar com as despesas em escola particular.

Escolas do setor técnico profissional foram criadas por todo país, mas o Estado brasileiro contou com a iniciativa privada incentivando o empresariado a criar suas próprias instituições de ensino para atendimento do setor técnico e para escolarização dos filhos de trabalhadores. A educação oferecida às classes populares tinha como base a formação para o trabalho, não oferecia condições para o exame preparatório (vestibular) que era obrigatório para ingressar em faculdade. Também a educação das classes populares foi vinculada ao setor econômico na produção de mão de obra qualificada para o trabalho.

Escolas técnicas profissionalizantes para as camadas trabalhadoras e ginásio-colégio (secundário) para a elite que comandava o país deixaram escancarada a dualidade no ensino que legitimava o poder político e econômico de uma minoria sobre a massificadora maioria trabalhadora. Além dos currículos que eram diferentes, quem cursava o secundário era preparado para entrar em curso superior e quem cursava técnico profissional tinha em vista o trabalho, havia outro desafio que era passar no exame de admissão para entrar no ginásio.

O Ensino Primário ficou relegado aos governos regionais que não davam conta do alto índice de analfabetismo no Brasil, apesar da expansão dos Cursos

Normais para prover docentes nesse nível de ensino, e de medidas como as caixas escolares que exigiam uma contribuição mensal para atender os mais pobres.

Quando Vargas saiu do poder, em 1945, as bases econômicas do país estavam mudadas e a sociedade também se transformou, novas necessidades foram criadas. Houve um crescimento dos movimentos populares e as reivindicações do povo começaram a surgir. O contexto mundial também estava diferente, o pós 2ª guerra mundial trouxe a Guerra Fria, a oposição entre países ditos comunistas (liderados pela URSS – Rússia) e os países liberais (liderados pelos EUA). Esse contexto mundial fez com que os EUA exercessem sobre os países latino-americanos influência econômica, política e cultural.

A EDUCAÇÃO E O PERÍODO QUE ANTECEDE A DITADURA MILITAR

O Brasil viveu entre 1946 a 1964 movimentações políticas e culturais advindas de pensamentos comunistas, as ideias revolucionárias foram se expandindo e ganhando força nas lideranças políticas do país. O campo cultural se destacou pela música com a Bossa Nova e o cinema brasileiro, reconhecido internacionalmente.

A educação brasileira ainda apresentava um quadro de analfabetismo a ser superado:

Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, [2012]).

Em 1959, as matrículas no Ensino Médio de escolas particulares eram em torno de 700 mil alunos e do Ensino Público eram 370 mil. Isso mostra a força do Ensino Particular no país que levava os alunos para as universidades públicas, que é outro capítulo de exclusão educacional das classes trabalhadoras.

Movimentos populares importantes na educação surgiram antes do golpe militar de 1964, tentando dar um quadro diferente ao contexto social, dentre eles: o sistema Paulo Freire, o Centro Popular de Cultura e o Movimento de Educação de Base.

De acordo com Palma Filho (2005b), esse período teve uma breve alvorada democrática marcada por movimentos que lutavam por democracia e liberdade, com matizes socialistas e busca por processos de igualdade de direitos.

Os princípios dos escolanovistas vieram à tona, e o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1948, paralisado por 03 anos, voltou ao debate em 1951 com divergências tais como: a centralização/descentralização, o ensino livre, outra questão muito debatida entre defensores de um Ensino Público gratuito para todos. Nesse sentido, os setores da sociedade que não queriam sua expansão, como os representantes da Igreja Católica, alegavam que os princípios contidos nessas propostas negavam verdades fixas e imutáveis, em outras palavras, contrariavam os princípios cristãos. Na verdade, a Igreja era uma das instituições que oferecia ensino particular.

Ao final das discussões, houve um meio termo, sendo asseguradas verbas públicas para o Ensino Particular, além das instituições particulares conseguirem representação no Conselho de Educação. Em contrapartida, o princípio da descentralização saiu vitorioso e às escolas particulares de Ensino Médio e Primário passaram a responsabilidade estadual. Assim, nasceu a primeira LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do país, que de acordo com Palma Filho (2005b) nasceu velha, pois foi aprovada em 1961, ou seja, 13 anos depois de sua proposta inicial. A lei não contemplava as requisições da sociedade brasileira, pois houve um acelerado crescimento urbano, tendo em vista a industrialização do país e as novas exigências desse setor para mão de obra.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A DITADURA MILITAR

A partir de 1964, o povo brasileiro foi tomado por um regime militar que cerceou todas as ações democráticas gestadas na sociedade, com a instituição de

Atos Institucionais⁵ que limitavam qualquer mobilização social. Sindicatos e partidos foram extintos, as universidades foram invadidas, a UNE – União Nacional dos Estudantes foi colocada na ilegalidade. Os currículos escolares foram monitorados e regulamentados de modo a não dar nenhuma abertura para ações questionadoras do regime.

A justificativa para o golpe era de que o país estava sob o ‘perigo’ de ideias comunistas, mas o que se revelou posteriormente foi à presença direta dos EUA no país financiando projetos governamentais e realizando acordos; dentre eles, está o acordo MEC/USAID diretamente voltado para a educação.

O Brasil através do MEC – Ministério da Educação e Cultura fez vários acordos com os EUA (acordos MEC/USAID - United States Agency for International Development), trazendo técnicos norte-americanos para realizar reformas no Ensino Brasileiro. O Ensino Primário foi fundido com o ginásio e denominado primeiro grau, com duração de 08 anos e o exame de admissão foi eliminado. O colégio passou a ser denominado segundo grau e com duração de 03 anos.

A grande expressão desse período foi à criação de várias instituições universitárias públicas e o aumento das faculdades particulares.

Um fato que merece ser assinalado, dado a sua amplitude, é a proliferação de Universidades Federais durante o regime militar. Só no período de 1965 a 1969 são criadas 14. A maioria dos cursos criados é no campo das Ciências Humanas, com destaque para as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras sobressaindo os cursos de Pedagogia e Letras. Nos anos 70 a maior expansão se deu no campo da iniciativa privada (...) particularmente aqueles que exigiam menos recursos para a instalação como Filosofia, Pedagogia e Letras, sobressaindo os cursos de Pedagogia e Letras. (PALMA FILHO, 2005b, p. 86).

O vestibular passa a ser classificatório, pois o número de vagas não atendia à demanda pelo Ensino Superior e uma das saídas foi profissionalizar o ensino do segundo grau, para que os estudantes já estivessem prontos para o mercado de trabalho, contendo a pressão por universidade. Os estudantes prejudicados foram os de escolas públicas, porque os cursos ficaram enfraquecidos, não oferecendo

⁵ Os atos institucionais foram decretos instituídos ao longo do regime militar que legitimavam as ações políticas dos militares, visando manter o domínio sobre a sociedade, conferindo ao regime militar o *status* de ditadura.

suporte para o vestibular e também por não possuírem a consistência de um curso técnico que preparasse para o trabalho, novamente as classes populares são prejudicadas. Essa medida teve fim em 1982.

A EDUCAÇÃO APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A partir da década de 1980, com o processo de abertura política, realizado pela pressão de movimentos sociais, o Brasil viveu um momento de lutas pela redemocratização do país, com representação em vários segmentos de trabalhadores que influenciaram fortemente o âmbito político. A grande manifestação desse contexto se deu pelo movimento 'Diretas Já' com reivindicações por eleições diretas, que levou o colégio eleitoral, mesmo por eleições indiretas, a eleger Tancredo Neves para Presidente e José Sarney para Vice-Presidente.

Tancredo Neves adoeceu logo após a eleição e não tomou posse, morreu em abril de 1985. O vice José Sarney ocupou o cargo de Presidente do país e iniciou o processo de redemocratização pela instituição de uma Assembleia Constituinte, sob a liderança de Ulysses Guimarães.

A educação, nesse contexto de manifestações e lutas pela redemocratização, não apresentava um quadro positivo, pois o ensino profissionalizante no 2º grau havia-se mostrado um fracasso.

De acordo com o Censo de 1980, a população brasileira em idade escolar é de aproximadamente 23 milhões, da qual 7.540.451 não frequentam a escola de 1º grau, portanto, 1/3. Na zona rural, a situação ainda é pior. De um total de 9.229.511 pessoas em idade escolar, quase a metade não frequenta a escola. O índice de analfabetismo no Brasil é de 25,5%. Portanto, também no terreno da universalização do ensino de 1º grau, os governos militares não lograram êxito. (PALMA FILHO, 2005b, p. 90).

A ditadura militar cerceou direitos sociais, impondo um regime de violação da liberdade pelo controle e manipulação de informações e à custa da morte e exílio de várias pessoas rompeu com processos democráticos que estavam sendo gestados na sociedade brasileira, inclusive no âmbito educacional, e obrigou o país a aceitar a interferência dos EUA em suas diretrizes, favorecendo a hegemonia norte-americana e a elite empresarial do Brasil.

A abertura política da década de 1980 trouxe algumas mudanças como alterações de currículos no Estado de São Paulo, e no Rio de Janeiro foram criados os CIEPs (Centro Integrado de Educação Popular) com a proposta de permanência do aluno em tempo integral na escola, combatida por educadores progressistas que a consideravam onerosa para os cofres públicos, temendo pela sorte das escolas que funcionavam por 04 horas.

Em 1988, a Constituição Federal foi promulgada com 10 artigos relacionados à educação (art. 205 a 214), sendo que a redação do Art. 205 coloca “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, online). Mesmo garantida constitucionalmente como direito, havia um longo caminho a ser construído para efetivação desse direito.

Considerando o âmbito legal, em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB, para regulamentar o texto constitucional. Em 2001, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação com a prerrogativa de que seja decenal. Dessa forma, em 2010, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, porém ele está paralisado, principalmente, em decorrência das divergências relacionadas à meta nº 20, que propõe o investimento de 10% do PIB na educação pública.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

De acordo com a análise da trajetória da política de educação brasileira, verifica-se que os ‘marcos legais’ que a fundamentam, avançam ou retrocedem, ampliam ou minimizam as possibilidades de melhorias da educação no país, sendo que, o contexto socioeconômico internacional foi um fator que os influenciou fortemente nas últimas décadas.

A partir da década de 1990, os órgãos internacionais entre eles, a ONU – Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio), promoveram e financiaram propostas para educação nos países periféricos, visando a ações governamentais que pudessem ampliar as estatísticas

educacionais. Os acordos internacionais realizados para melhoria da educação têm implicado o favorecimento do setor financeiro, que, contemporaneamente, vive a fase da globalização.

De acordo com Romão, a globalização “é a expansão internacional das trocas e das relações de produção capitalistas; a expansão internacional da visão de mundo e do modo de vida burgueses e, finalmente, a expansão internacional das comunicações.” (2006, p. 49). Esse processo tem sido destrutivo, pois é sustentado e gerido pela ideologia neoliberal dominante que tem interferido nas políticas governamentais, diminuindo conquistas sociais. Especificamente no caso do Brasil, nas duas últimas décadas, tem feito o desmonte de políticas sociais conquistadas na década de 1980 pelos movimentos sociais, que culminaram na Constituição Federal de 1988.

A Educação brasileira no pós Constituição de 1988 tem sido constantemente ‘minada’ pelos impactos da globalização econômica. Ainda que as Políticas de Educação⁶ tenham ampliado o acesso à educação escolarizada, devido ao condicionamento legal, essa educação, que é oferecida está voltada à qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. Dessa forma, fica explícito que, para o neoliberalismo, a educação é apenas uma mercadoria e o estudante um consumidor. De direito conquistado, a educação se transformou em serviço prestado pelo Estado e pela sociedade civil organizada favorecendo o capital.

É importante lembrar que, o neoliberalismo advém da doutrina liberal clássica, sendo que esta prega o individualismo, a liberdade, o direito a propriedade privada e a democracia. Um dos principais pressupostos dessa doutrina está relacionado à “igualdade”, em que os indivíduos não são iguais em talentos e capacidades, daí não terem condições iguais em riquezas, a “igualdade” proclamada fica restrita ao plano das oportunidades e não abrange o campo das condições materiais. A liberdade política é vista como liberdade econômica, liberdade de mercado. A democracia é um instrumento para escolha de governantes, ganhando

⁶ De acordo com Cury (2002) o termo “políticas” (no plural) deve ser usado pela multiplicidade e diversidade das mesmas, tendo em vista o tamanho do Brasil, com características diferenciadas, exigindo, portanto, ações que se pautem pela regionalização e o atendimento dos níveis educacionais realizado em instâncias governamentais autônomas que ocorre segundo possibilidades e critérios de cada uma.

características mercadológicas, os eleitores são consumidores e os políticos, empresários.

No pós 2ª Guerra Mundial, os governos de países centrais recorreram às ideias liberais para se reestruturarem economicamente, desmantelando o chamado Estado de Bem Estar Social e as políticas sociais conquistadas. O mercado passou a regular as relações econômicas, a política separou-se da economia, que se tornou globalizada. O capitalismo se tornou multinacional, transnacional, sem fronteiras políticas e geográficas. Os Estados foram pressionados a aceitar as condições dos grandes capitais, perdendo forças nos setores de ampliação de políticas, ao contrário, reduziram-nas ao mínimo.

O Brasil presenciou, nas duas últimas décadas, o desmonte de políticas sociais e as investidas neoliberais por várias ações governamentais tais como: a privatização de serviços e instituições estatais, o repasse de ações para o setor privado e a sociedade civil, priorizando a descentralização, a focalização e o investimento em parcerias com instituições privadas. A educação pública brasileira sofreu esses impactos e absorve os pressupostos neoliberais. Essas influências podem ser observadas através de políticas focalizadas e assistencialistas que visam o acesso de estudantes às instituições escolares, e onde está implícito o viés mercadológico.

Há outros pontos a serem discutidos sobre a problemática da educação brasileira e que, estão, de alguma maneira, vinculados ao contexto neoliberal ou a trajetória histórica da educação brasileira, porém não é possível discuti-los nos limites deste artigo. Merecem destaque: os currículos embasados na cultura da classe dominante, os quais excluem do processo ensino-aprendizagem aqueles que não têm acesso à cultura dominante; os processos de politização dos sujeitos envolvidos com a educação, os quais poderiam viabilizar mudanças sociopolíticas no âmbito, mas que dependem de um tempo histórico para construção dessa consciência; a formação docente que possui desafios históricos a serem superados e outros relacionados ao contexto contemporâneo da docência como a proletarianização do trabalho docente e os desafios para superação de crises identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos históricos ampliaram a lógica excludente e a contemporaneidade toma a essência humana e a transforma em objeto com o seu consentimento. A exclusão contemporânea se reveste de uma máscara que descaracteriza o ser social como tal, mediante as investidas neoliberais que veem o 'indivíduo' e o consideram um cliente, um consumidor, um elemento a mais na dinâmica mercadológica, perdendo a sua identidade de ser humano genérico.

A exclusão educacional contemporânea se transforma na exclusão da consciência coletiva do ser humano, faz-se no rompimento com os valores humanos dentro de uma lógica que vê o ser como consumidor. Essa educação que está sendo oferecida nas instituições escolares brasileiras, sejam públicas ou particulares, não trabalham a dimensão humana e ética que pressupõem valores voltados à dignidade da vida humana e manutenção da vida no planeta.

É bom lembrar que hoje somos considerados 'cidadãos do mundo'; se a globalização tende a contribuir com o avanço do neoliberalismo, contraditoriamente, mediante as forças sociais, o movimento histórico e ininterrupto da realidade social, com a contribuição da educação, poderá também ocorrer a disseminação de valores humanos, emancipatórios em prol da luta dos trabalhadores na construção de outra sociabilidade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Entre o neoliberalismo e neoconservadorismo: educação e neoconservadorismo em um contexto global**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: Política e Economia da Educação, p. 73-88. UNESP, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo, 2004.

BOMENY, Helena. **A educação no segundo governo Vargas**. [2012]. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em: 29 maio 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 31 maio 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e a universidade no Brasil**. In: 500 Anos de Educação no Brasil. 3ª edição, Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas da Educação: um convite ao tema**. In: Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro, p. 147-162. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Globalização neoliberal: um olhar a partir da América Latina**. In: Revista Educação & Linguagem. Ano 9, nº 13, p. 62-78, Jan-Jun, 2006. Universidade Metodista, São Paulo, 2006.

MARIN, Alda Junqueira. **Formação de Professores e Culturas Escolares**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: Módulo Introdutório. Trabalho Docente e Sala de Aula, p. 128-136. UNESP, São Paulo, 2002.

NÓVOA, Antônio. **Relação Escola/Sociedade: novas respostas para um velho problema**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. Módulo Introdutório: Relação Escola/Sociedade, p. 15-32. 3ª edição revista e ampliada. UNESP. Pró-Reitoria de Graduação, São Paulo, 2004.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: História da Educação, p. 61-74, 3ª Edição. UNESP, Editora Santa Clara, São Paulo, 2005a.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira nos últimos 40 anos: de JK a FHC**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: História da Educação, p. 75-101, 3ª Edição. UNESP, Editora Santa Clara, São Paulo, 2005b.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: História da Educação, p. 49-60, 3ª Edição. UNESP, Editora Santa Clara, São Paulo, 2005c.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Impactos da globalização nas políticas públicas em educação**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: Política Educacional, p. 7-20. UNESP, Pró Reitoria de Graduação, São Paulo, 2007.

PERES, Tirsa Regazzini. **A Educação Brasileira no Império**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: História da Educação, p. 29-47, 3ª Edição. UNESP, Editora Santa Clara, São Paulo, 2005.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **A Educação Pública antes da Independência**. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: História da Educação, p. 15-28, 3ª Edição. UNESP, Editora Santa Clara, São Paulo, 2005.

ROMÃO, José Eustáquio. **Globalização e Educação**. In: Revista Educação & Linguagem. Ano 9, nº 13, p. 47-61, Jan-Jun, 2006. Universidade Metodista, São Paulo, 2006.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos, PRESTES, Reulcinéia Isabel, VALE, Antônio Marques. **Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e Disputa entre escola pública e escola privada**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf>. Acesso em: 29 maio 2013.

Artigo recebido em: 03/07/2013.

Aprovado em: 31/10/2013.